

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

TOMO 3 **TÉCNICAS
ARCHIVÍSTICAS**



RED de ARCHIVEROS
graduados de Córdoba

XII Congreso de Archivología del Mercosur

"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"

Sofia Y. Brunero
Mariela A. Contreras
Florencia Moyano
Juan Thomas
Compiladores



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.
CDD 027

Fecha de catalogación: octubre 2017

Compiladores: Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

Diseño de portada: Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: editorial.ragcba@gmail.com

Página web: redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

Eje Temático
Técnicas Archivísticas

Coordinadora: Ana Celia Navarro de Andrade (Brasil)

Relatora: Sofia Y. Brunero (Argentina)

Mauricio Vázquez Bevilacqua (Uruguay):

Archivos y archivología en américa latina: una aproximación empírica.----- pág. 5

Vicent Giménez-Chornet, José Rodolfo Hernández-Carrión y Rafael Soler-Muñoz (España):

Planteamientos sistémicos para una gestión eficiente de los archivos. ----- pág. 20

Renato De Mattos (Brasil):

Império sobre papéis: análise tipológica dos documentos administrativos do governo joanino (1808-1821).----- pág. 34

Fernanda Bouth Pinto y Clarissa Schmithdt (Brasil):

Classificação Funcional X Classificação por assunto: análise de metodologias para classificação de documentos no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – INI/FIOCRUZ.----- pág. 45

Thiago Henrique Bragato Barros y Glenda da Rocha Monteiro (Brasil):

Classificação e Descrição Arquivística enquanto um processo de representação: Histórico, Princípios e Procedimentos.----- pág. 61

Daniel Di Mari (Argentina):

La importancia de proponer Tablas de Conservación y Destino Final en Archivos Públicos.--- pág. 78

Thiago Henrique Bragato Barros y Wanessa Rodrigues Martins (Brasil):

A sociolinguística e a função finalística da representação do conhecimento arquivístico: uma abordagem teórico-conceitual inicial.----- pág. 92

Emiliano Patetta (Uruguay):

Desafíos de la primera experiencia profesional entre la teoría y la práctica.----- pág. 102

Georgina Virginia Ferrara y Daniela Paula Rodriguez (Argentina):

¿Archivos de redacción o Centros de Documentación Periodística? La importancia y problemáticas de su tratamiento archivístico.----- pág. 114

Maria de Fátima Cruz Corrêa, Evelin Mintegui (Brasil):

Vantagens da metodologia de identificação arquivística na construção de planos de classificação.----- pág. 131

Alexandre Faben, Ana Célia Rodrigues (Brasil):

Identificação arquivística como metodologia para o estudo da gênese do documento cartorial: análise tipológica aplicada ao tratamento técnico de registro civil de óbito.----- pág. 142

Evelin Melo Mintegui, Bruna de Ávila da Silva (Brasil): <i>A aplicação da metodologia de identificação arquivística na criação de um plano de classificação - o caso do ogmo de rio grande.</i> -----	pág. 154
Lucía Rincón Linos (Argentina): <i>Abordaje de un Tipo Documental no convencional: Identificación, Análisis y Sistematización de datos.</i> -----	pág. 164
Leticia Joaquin (Argentina): <i>Procedimientos para el tratamiento del material de archivo incluido dentro de colecciones de libros: el caso Floreal Ferrara en la Biblioteca Nacional Mariano Moreno.</i> -----	pág. 181
Roberta Pinto Medeiros (Brasil): <i>Descrição e difusão arquivística: relato da experiência do tratamento de uma coleção de rótulos de pescado.</i> -----	pág. 196
María Eugenia Mena Concha, Natalia Ríos Martínez (Chile): <i>Método de Diagnóstico de Estado de Conservación del Fondo Colonial Real Audiencia, del Archivo Nacional de Chile.</i> -----	pág. 207
Maria Lúcia Ricardo Souto, Rosanara Pacheco Urbanetto (Brasil): <i>A preservação documental no arquivo histórico de Porto Alegre sob a ótica do gerenciamento de riscos.</i> -----	pág. 220
Andrea Gonçalves dos Santos (Brasil): <i>O acesso e difusão da memória institucional através da descrição arquivística e do software libre.</i> -----	pág. 235

CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ENQUANTO UM PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO: HISTÓRICO, PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS

Thiago Henrique Bragato Barros¹
Glenda da Rocha Monteiro²

Resumo: Tem-se por objetivo contribuir para a construção de um referencial teórico e metodológico a respeito da Representação Arquivística no contexto canadense, trazendo à reflexão os efeitos do pensamento pós-moderno sobre a prática de arquivo e sobre as funções que envolvem a representação do conhecimento arquivístico. Neste contexto, busca-se construir um quadro comparativo entre autores da tradição estudada, no qual a representação arquivística, como ato que busca criar meios que possibilitem o acesso às informações contidas em documentos de arquivos envolvendo processos classificatórios e descritivos com fluidez. Além de colocar em análise o princípio da proveniência, relacionados com o ato de classificar e descrever, tem absorvido a multiplicidade de caráter, incluindo mais de uma proveniência ao documento na produção contemporânea, expõe o apoio a atividades variadas por um mesmo documento, tornando o campo da descrição contemporânea um espaço dinâmico e contínuo. Assim, apresenta-se um quadro comparativo entre autores, o percurso de um processo e a relações fundadoras entre a classificação e a descrição arquivística. A fim de subsidiar a discussão e análise por meio da semântica textual e da linguística como métodos que auxiliam a compreender percursos histórico e conceituais.

Palavras-Chave: Classificação; Descrição; Representação Arquivística;
Trajetória Conceitual;

Introdução

Tem-se como base para este trabalho a pesquisa “A representação arquivística na tradição canadense: subsídios para elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da semântica textual”³ em estágio avançando de desenvolvimento. O projeto visa contribuir para a construção de um referencial teórico e metodológico a respeito da Representação Arquivística no contexto canadense, trazer à reflexão os efeitos do pensamento pós-moderno sobre a prática de arquivo e sobre as funções que envolvem a representação do conhecimento. O método de pesquisa que origina esta proposta caracteriza-se por ser um estudo exploratório, teórico, tendo a Semântica Textual como uma

¹ Professor Adjunto na Faculdade de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil- thiagobarros@ufpa.br

² Estudante de Arquivologia na Universidade Federal do Pará, Bolsista de Iniciação Científica, PIBIC/CNPq –UFPA, Belém, Brasil - glendasax@yahoo.com.br

³ Pesquisa Financiada por meio do Programa PIBIC/CNPq- UFPA

metodologia de análise para a compreensão dos caminhos da Representação Arquivística no contexto canadense.

Pretende-se explorar a respeito da Representação Arquivística seus conceitos, históricos e procedimentos, seus usos na atualidade por parte da Ciência da Informação e da Arquivística, os aspectos da constituição histórica sob a ótica canadense e autores que contribuem para a construção dos conceitos das funções que constituem o processo representativo da informação, em especial a descrição arquivística, a influência da pós-modernidade no fazer e pensar arquivístico. A respeito dos conteúdos a serem explorados no artigo algumas definições já podem ser apresentadas como a de representação arquivística; descrição, seus instrumentos, aplicações e suas relações com o contexto das organizações a qual servem.

A representação arquivística é o ato que busca criar meios que possibilitem o acesso às informações contidas em documentos de arquivos envolvendo processos organizacionais e descritivos com fluidez, evoluindo de acordo com o contexto social ao qual o documento está inserido. A representação procura por meio dos processos de classificação e descrição, estabelecer comunicação entre o órgão produtor da informação e o usuário de maneira eficaz. O termo *representação*, assim, compreende então as funções de classificação e de descrição. Estas duas são as que melhor captam o trabalho realizado pelo profissional de arquivo na organização, reorganização, interpretação, criação de termos substitutos e outros que integram o processo representacional (Yakel, 2003).

De acordo com vários autores, como Barros (2016), Heredia Herrera (1991), Tognoli (2012) e Weber (1989), a descrição arquivística tem como propósito estabelecer acesso a materiais por meio de instrumentos de pesquisa. Fazendo desta uma função subjetiva, afetada diretamente pela visão de mundo, conhecimentos do profissional de arquivo, especialmente na análise e síntese efetuada na elaboração dos descritores. Tratando-se acima de tudo como um dos processos nucleares para o desenvolvimento da prática arquivística e para a preservação e acesso dos documentos históricos, culturais, técnicos e sociais.

A descrição coloca em análise o princípio da proveniência, a classificação e o contexto do órgão produtor possuindo uma multiplicidade de caráter, incluindo, de acordo com Yakel(2003) mais de uma proveniência ao documento de arquivo. Tornando o campo da descrição contemporânea um espaço dinâmico e contínuo com o foco voltado ao contexto social, organizacional e funcional contemplando

este campo com perspectivas novas tanto dos processos de criação do documento quanto a organização do conhecimento arquivístico, propondo que todos os contextos atribuídos àquele documento sejam incluídos na descrição e por consequência em sua representação (TOGNOLI, 2012).

A vista que a representação arquivística surge em um novo cenário social da pós-modernidade e das tecnologias de informação e comunicação vem incluindo novas perspectivas e por consequência, modificações nos procedimentos aplicados ao fazer arquivístico, como resultado o artigo evidencia a trajetória da representação arquivística no contexto canadense subsidiando o projeto maior a qual se vincula, que estuda a representação no contexto brasileiro, canadense e australiano. Financiado pela CAPES por meio de Auxílio de Pesquisa. Assim, apresenta-se um quadro comparativo entre autores, o percurso de um processo e as relações fundadoras entre a classificação e a descrição arquivística. A fim de subsidiar a discussão e análise por meio da semântica textual e da linguística como métodos que compreendam a nova realidade mundial (pós-modernidade), e as peculiaridades referentes às realidades das instituições arquivísticas.

2. Práticas arquivísticas e pós-modernismo

O surgimento de uma nova sociedade pós-industrial no século XX, com novos parâmetros de comportamento social, com transformação do cenário tecnológico e evolução do conhecimento científico, encaminharam um novo movimento que busca organizar esta evolução generalizada: o pós-modernismo. Este traz em si o combate às generalidades; a necessidade das áreas do conhecimento e a teorização de práticas, trazendo a teoria para estabelecer uma ciência diferente do positivismo do século XIX.

A era pós-moderna estabelece ao contexto mundial um cenário solúvel e passivo de desconstrução de velhos paradigmas para a reconstrução de novos de forma contínua e com paradoxos claros, sendo difícil de criar definições para este e por isso, talvez, suas ideias sejam difíceis de serem aceitas por alguns.

Com a propagação da corrente pós-moderna nas diversas áreas do conhecimento, as realidades de muitas profissões foram alteradas, trazendo novas perspectivas e caminhos de atuação antes não explorados devido à limitação do fazer. Na arquivística o cenário positivista da prática pela prática se

estabelece desde que as atividades, especialmente as representacionais- classificação e descrição, surgiram apenas como práticas puras para auxiliar o controle da guarda de documentos, tendo inicialmente apenas manuais e convenções que estabeleciam parâmetros de como fazer, sem refletir a fundo as atividades e ações que geraram o documento ou as funções exercidas pelo órgão produtor do documento ou a realidade local. (COOK, 2012; 2013).

Com as novas perspectivas, a arquivística se vê levada a pensar as práticas além dos manuais, tornando-se uma ciência que estabelece vínculo direto com a sociedade quebrando a figura profissional até então de guardião, passando a adquirir novas configurações como de gestor, mediador da informação, pensador teórico e também técnico.

Cook (2012, p.125) esclarece quanto a mudança de visão do profissional sobre si mesmo sob efeito da pós-modernidade “para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social)”. A abordagem de Terry Cook, é a principal que defende o pósmoderno dentro da Arquivística, explorando a nova visão mundial, aplicando-a na prática arquivística, e na teoria estabelecendo a importância do contexto por trás do documento, valorizando o processo ao invés do produto, a importância do profissional na sociedade, além de trazer para reflexão o avanço tecnológico que vem modificando a maneira de produção, guarda e acesso aos documentos.

Cook quanto ao paradigma vivido até a modernidade coloca a profissão de arquivista como:

“Uma profissão enraizada no Positivismo do século XIX, muito mais do que em estudos anteriores ligados à Diplomática, resultou em estratégias e metodologias que já não são viáveis num mundo pós-moderno e computadorizado. ” (COOK,2012, p. 124)

Então o estabelecimento do pensamento pós-moderno em solo arquivístico traz consigo possibilidades de ampliação da área, a transversalidade com outras áreas do conhecimento, o que coloca o pensamento arquivístico em constante dinâmica com a atualidade, seguindo as perspectivas sociais, tecnológicas, jurídicas, atuando como ação de cidadania a partir do momento em que a organização da informação para a difusão passa a ser seu objetivo principal.

3 O conceito de representação e organização no contexto Arquivístico.

A representação arquivística é o ato que busca criar meios que possibilitem o acesso às informações contidas em documentos de arquivos envolvendo processos organizacionais e descritivos de forma fluída. Este processo evolui de acordo com o contexto social ao qual o documento está inserido e a representação procura por meio dos processos de classificação e descrição, estabelecer comunicação entre o órgão produtor da informação e o usuário, se valendo da ordem original e do contexto de produção documental, da criação de ferramentas de acesso e de sistemas resultantes das atividades para desempenhar a representação de maneira eficaz (YAKEL,2003).

Parafraseando (YAKEL, 2003) propõe-se a representação como uma atividade ética, que assimila os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos nos esquemas de representação, o que ocorre mediante a observação de processos já estabelecidos para a criação de novos processos que melhor compreendam a realidade em questão e as necessidades dos documentos alocados naquele arquivo.

Pensamento este que é ilustrado pelo exemplo da primeira tentativa de padronizar a representação por J. C. Fitzpatrick na Biblioteca do Congresso, suas notas relacionadas ao cuidado, catalogação, calendário e organização dos manuscritos publicadas em 1913, contém questões implícitas quanto a rearranjo e expõe a tensão do tratado de Fitzpatrick quanto a incapacidade de conciliar a representação em um esquema de arranjo mais amplo e a descrição muito detalhada dentro de um mesmo esquema, questão que àquele momento parecia não beneficiar a atividade representacional de maneira eficaz.

O termo *representação* assim compreende então as funções de classificação e de descrição. Estas duas são as que melhor captam o trabalho realizado pelo profissional de arquivo na organização, reorganização, interpretação, criação de termos substitutos e outros que integram o processo representacional. Yakel (2003) afirma que a classificação arquivística é também um ato representativo, e que mesmo perdido o sentido da ordem original devido a manutenção da massa documental ou a desordem provocada pela acumulação, ainda assim é possível representar a informação.

Junto a esses processos/funções onde a classificação está inclusa como função, esta contribui para a eficiência da representação e melhor organização do conhecimento, visto que influencia e está intimamente ligada ao princípio da proveniência e manutenção da ordem original.

Na Arquivística Pós-Moderna vários fatores implicam para um constante pensar no fazer da representação. O princípio da proveniência na representação, apresenta multífaces de contextos na produção contemporânea, neste busca-se apoiar atividades variadas e estágios de produção em órgãos diferenciados, onde é necessário estabelecer a conexão entre os contextos de criação e órgãos criadores, de maneira que todas estas sejam inteiramente representadas no momento da classificação, arranjo e descrição do conhecimento (TOGNOLI, 2012).

A representação não está preocupada somente com o documento em si mesmo, mas com suas funções e seus órgãos produtores (BARROS, 2016), assim:

Logo, o estudo da proveniência como um pressuposto para a representação arquivística encontra fulcro não apenas na compreensão do conteúdo imediato do documento, mas também em sua relação com os criadores, as funções e os sistemas de gerenciamento e manutenção. Mais uma vez, todos os contextos devem ser representados no momento da classificação/arranjo e descrição do conhecimento arquivístico. (TOGNOLI, 2012, p.85).

Fatores como a realidade da instituição arquivística e a realidade social a qual a instituição está inserida influenciam na representação da informação, e o papel do profissional arquivista se faz importante, pois como sujeito que media a relação da informação com o público, é responsável pela construção do saber histórico e gerenciamento do fluxo informacional, sendo ativo no processo representação.

Especificamente, no que tange à representação desse conhecimento, é importante destacar o papel do arquivista enquanto um agente ativo na construção da memória e na atribuição de sentidos, uma vez que o significado do documento deve ser agora, constantemente renovado à medida que cada usuário o utiliza com objetivos diferentes. (TOGNOLI, 2012, p.84).

As funções de Descrição, Avaliação e Classificação são importantes para a organização da informação e permissão de acesso por parte do usuário, pois são metodologias de difusão em que a representação da informação encontra seu alicerce para a ampliação e renovação de seus modos de fazer e instrumentos (BARROS; MARTINS, 2015).

AUTOR	DEFINIÇÃO
ELIN K. JACOB & DEBORA SHAW	“O termo "representação" é usado para se referir ao processo ou atividade de representar e aos objetos produzidos por uma instância disso atividade. O processo de representação procura estabelecer correspondência sistemática entre o domínio de destino e o domínio de modelagem e capturar ou "re-presente", por meio do domínio de modelagem, o objeto, os dados ou informações no domínio de destino ... Para que a medida em que essa re-representação corresponde a, ou modelos, objeto, dados ou informações no domínio alvo, os dois possam ser pensados como representacionalmente equivalentes.” (JACOB ; SHAW, 1998, p. 146, apud, YAKEL, 2003, p. 1-2).
MARTINS	“A representação arquivística, conforme Lopes (2013) visa dentre outras coisas olhar a informação desde suas primeiras fases perpassando pela avaliação, classificação, e finalmente e de modo mais profundo e específico nos arquivos permanentes com a descrição.” (MARTINS, 2016, p.39).

4. Classificação

A classificação arquivística, como função de grande importância dentro da área da Arquivologia, é apresentada e discutida por uma gama de autores e correntes teóricas, porém estas duas afirmativas representam de forma sintetizada seu conceito e sua aplicação prática. Sousa (2003, p.241) aponta, “entendemos, entretanto, que a função de classificação é matricial, isto é, a partir dela que as outras funções/intervenções ganham corpo, consolidam-se, configuram-se”, Schellenberg (2006, p. 83) complementa e afirma a respeito da classificação que “para se atingir esses objetivos torna-se necessário que os documentos sejam: bem classificados e bem arquivados”. Sobre a classificação Sousa (2003) diz:

A classificação é uma função importante para a transparência e o compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania. (p.240).

Para Barros (2016) a classificação é considerada uma atividade limítrofe que interliga a gestão de documentos com as atividades de acesso e a preservação de documentos. Assim, os processos de classificação e descrição tidos como fundamentais na prática de arquivo e os primeiros a serem conceituados na prática de arquivo, revelam a interdependência de tais para a organização do

conhecimento e representação. Com o início da integração entre as atividades de organização de arquivos e consolidação da área.

Porém, na teoria arquivística, só recentemente ambas as atividades começaram a serem vistas como um processo único e contínuo de análise e síntese da informação contida nos arquivos, ou seja, o processo compreendido aqui como a representação orgânico contextual. (Barros, 2016, p.35).

Assim, compreende-se que o intuito da classificação quanto a documentos e informações é de organizá-los, possibilitando a ocorrência de outras funções/ etapas no processo de tutela de documentos, e também após todas as etapas, estes possam ser localizados facilmente quando solicitados, atendendo as demandas dos usuários do arquivo e dos próprios arquivistas. O usuário de arquivo deve ser um dos principais focos na organização de um acervo, pelo motivo de que o organizador não está organizando/classificando o acervo para si, mas para atender as demandas de setores deste arquivo.

Segundo Barros & Moraes, (2013, p. 59) “todas as classificações são fruto de um percurso construído socialmente, debatido e refutado nas esferas institucionais que se relacionam, quer sejam estruturais, funcionais por assunto ou codificados”. Isto diz respeito às características relacionais entre as estruturas que compõe a instituição geradora do documento que serão representados seguindo um tipo de classificação, adequado de acordo com as relações compreendidas e que melhor se aplique a realidade desta.

Na esfera da organização dos documentos o princípio básico de respeito aos fundos é o desencadeador de mudanças na arquivística, sendo peça importante para a compreensão da instituição arquivo e de sua organização. Sobre os princípios que norteiam as funções arquivísticas, apontados no Manual dos Holandeses, Barros & Moraes (2013) observa que o princípio de respeito aos fundos é visto como parte constituinte do arranjo e descrição de documentos. A função de classificar documentos apresenta importância para a gestão de documentos tanto digitais quanto suporte de papel, pois permite que as informações sejam organizadas de forma racional facilitando o trabalho de recuperação da informação e também para apontar quando essas informações (documentos) deverão ser adequadamente descartadas.

O estudo da instituição produtora dos documentos é uma ação necessária para que os princípios arquivísticos não sejam violados: o princípio da proveniência, respeito aos fundos e a ordem original.

A sistematização dos dados levantados conforme análise feita, observando o órgão produtor e os setores pelos quais a documentação e a informação transitam são importantes para a organização dos documentos de arquivo, detectando com clareza as funções primordiais assumidas pelo organismo produtor e assim assumidas pelo documento.

Quando o documento passa por este processo de investigação e conhecimento, o documento já classificado recebe uma notação, que de acordo com Piedade (1983) *apud* Rios (2010) é:

[...] o conjunto de símbolos destinados a representar os termos da classificação, traduzindo em linguagem codificada o assunto dos documentos, e permitindo sua localização nas estantes, nos catálogos e nas tabelas de classificação. (p.38)

A notação que o documento recebe pode ser por números, letras e sinais gráficos, pode ser uma notação pura, tendo apenas um caractere (apenas letra) ou então notação mista quando possui mais de um caractere (letra e número). O principal objetivo da notação é a localização do documento no arquivo ou no repositório onde o mesmo esteja armazenado. As funções detectadas envolverão necessariamente, atividades que este deve cumprir de forma direta (atividades-fim), bem como atividades que lhe servem como suporte (atividades-meio), estas duas atividades serão diferenciadas por meio de um plano de classificação, o qual, deve ser estabelecido por uma comissão de avaliação de documentos de arquivos multidisciplinar, tendo o arquivista como um dos responsáveis.

Ao estabelecer as “classes” do plano de classificação, deve-se seguir um critério de classificação que pode ser: “funcional” (classes correspondendo a funções), “estrutural” (classes correspondendo a “estruturas” – departamentos, divisões, setores) ou por “assunto” (GONÇALVES,1998). Segundo Schafer e Lima (2012), o tipo de classificação mais adequado varia de instituição para instituição o profissional responsável (nem sempre arquivista) definirá o melhor para se trabalhar de acordo com sua produção de documentos.

Ao criar as classes deve-se procurar manter um nível de generalidade ideal, que proporcione e apresente pelo menos três qualidades ao plano de classificação: Simplicidade, Flexibilidade e Expansibilidade. Estas três qualidades permitem que o plano de classificação seja aplicado sem muitas dificuldades, e com a possibilidade de adaptação a situações não previstas nos levantamentos efetuados para a elaboração, como o surgimento de novas atividades, ou a incorporação de novos documentos a classes anteriormente definidas, ou o desmembramento ou criação de novos setores dentro da instituição.

AUTOR	DEFINIÇÃO
BARROS	“A classificação é uma atividade gerencial e de planejamento não só para os arquivos, mas para as administrações que geraram os documentos. Assim, a construção do plano de classificação deve contemplar as relações entre os documentos, mas não só essas, também, as relações entre os documentos e as pessoas, assim, o sistema de classificação se tornaria uma ferramenta útil e facilitadora da descrição e avaliação dos documentos. Assim, a classificação funciona como a base para todos os processos de organização de arquivos e evidentemente para a representação do conhecimento arquivístico.” (p. 36)
SOUSA	“A classificação aparece assim, nas várias definições, como uma atividade intelectual do arquivista. Com as informações obtidas sobre o sujeito acumulador de documentos (a entidade), ele constrói uma representação ideológica, que revela o sentido e o conteúdo das relações entre os documentos. A representação, entretanto, é limitada pela gênese dos documentos, ou seja, pela maneira que eles surgem, como resultado de uma missão institucional.(p. 136-137).

5. Descrição

De acordo com Barros (2016), a palavra descrição vem do termo em latim *descriptio* originário de outro termo, o *describere* que tem por significado: “transcrever, copiar, narrar, definir, distribuir, colocar em classes, escrever sobre” (p.36). Analisando pelo significado literal do termo, o ato da Descrição arquivística procura explicar os documentos e facilitar a compreensão de sua origem, fundo, contexto de proveniência, sua relação com outros documentos, sua forma e conteúdo. A descrição de documentos é uma atividade antiga, porém seus objetivos passaram por mudanças ao longo do tempo, principalmente após a Revolução Francesa. Bellotto (2006, p.176) relata que desde o século XIII a arquivística aponta a existência de inventários de documentos de inúmeras comunas francesas. A utilização do inventário, instrumento de pesquisa que pelo que se vê é antigo porém ainda muito utilizado na modernidade para a criação de novos instrumentos, se fez possível mediante a prática da descrição de arquivos.

Em um conceito mais atual a arquivística conceitua descrição como uma análise realizada sobre os fundos e documentos de arquivos agrupados de maneira artificial ou natural com finalidade de

synthesize the information contained in these documents to make them available to interested parties (users), through research instruments, or even:

A description is the bridge that communicates the document with the users. At the head of the bridge is the archivist who performs a task of analysis that involves identification, reading, summary and indication that transmits to the user so that he begins the recovery in the inverse sense starting from the indices. (Herrera, 1991, p. 300, translation ours).

As a “bridge” the archival description is the archival activity that has as its purpose the elaboration of instruments generated from the analysis of the fonds in general and of the documents in particular, understanding from the typology, content, location, date, external characteristics and also the data for its location, it is necessary both in administrative archives as in historical archives (Herrera, 1991). The description has as its function to describe and represent the organic knowledge, giving access to the information registered in documents (independent of the support) or fonds of archive, which will serve both for the routing to research as for the general public knowledge.

Lisa Weber (1989) declares that according to the Canadian Group of Work on Archives, the Archival Description represents within the flow of information the processing of materials of archive that allows administrators to control their participations and also allows users and archivists access to the information about the specific contents of their search. The purpose of the description is finally to establish access to materials through research instruments which are created through norms, directives, rules and specifications that guide the practice of the function.

The norms instrument of description of international scope that propose scope for the practice of the description are: ISAD (G) :General International Standard Archival Description; a ISAAR (CPF) International Standard Archival Authority Record for Corporat Bodies; a EAD: Encoded Archival Description; e a RAD :Canadian Rules for Archival Description, being these two last ones more linked to the Canadian context. The norms help in the work of the archivist, but do not reflect in a clear way the relationship between the documents and their users causing deficiencies and problems in the search in realities not foreseen in the norm. Therefore, the professional must analyze and apply the norms in a way that satisfies the needs of his institution;

A descrição arquivística é uma função subjetiva afetada diretamente pela visão de mundo e conhecimentos do profissional de arquivo e como um dos processos nucleares para o desenvolvimento da prática arquivística, a descrição coloca em análise o princípio da proveniência e o conceito de fundo de arquivo para o desenvolvimento da representação de arquivos que atenda de forma eficiente as organizações que produzem esses documentos.

O documento de arquivo é entendido como uma entidade social e cultural construída pelo autor para ser um subproduto com um objetivo específico, carregado de imparcialidade já não podendo ser visto de forma neutra e livre de influências funcionais e sociais no momento da organização e descrição daquele conteúdo. (TOGNOLI, 2012).

Quanto ao princípio da proveniência:

[...] nas burocracias modernas, é comum que o mesmo documento seja criado, acumulado, e usado por numerosos e diferentes órgãos sucessivamente ou em paralelo. Documentos emanados de atividades administrativas são usados para apoiar e realizar outras atividades administrativas. Além disso, séries de documentos são deslocadas do controle e custódia de uma organização para outra. Essa realidade tem levado vários arquivistas a sugerir que os aspectos multifacetados da proveniência são desgastados quando a prática arquivística dita a criação de fundos em nível de descrição e credita a criação do documento (e portanto, sua proveniência) a apenas um indivíduo ou organização. (Duffy e Harris *apud* Tognoli, 2012, p. 85)

Essa multiplicidade de caráter incluindo mais de uma proveniência ao documento na produção contemporânea, expõe o apoio a atividades variadas por um mesmo documento, tornando o campo da descrição contemporânea um espaço dinâmico e contínuo com o foco voltado ao contexto social, organizacional e funcional contemplando este campo com perspectivas novas tanto dos processos de criação do documento quanto a organização do conhecimento, propondo que todos os contextos atribuídos àquele documento sejam incluídas na descrição e por consequência em sua representação.

Tognoli (2012) ressalta que tanto o princípio da proveniência quanto o conceito de fundo devem ser analisados como princípios conceituais em vez de entidades físicas, propondo concordância entre a ideia de Bearman e Cook a respeito do quanto é fundamental o foco na conjunção de atividades e do sistema de informação na organização e criação de documentos.

Na visão de ambos os autores é fundamental que a descrição arquivística tenha seu foco na conjunção do contexto da atividade e do sistema de informação na organização e criação de documentos. Essa conjunção pode acontecer no nível de fundo “contanto que o fundo esteja realmente apresentado como uma conjunção das funções dos criadores e das atividades de um lado e como a conjunção dos documentos e dos

sistemas de informação – os verdadeiros produtos que procederam daquelas funções e atividades -ou no nível das séries(COOK, 1993, p. 28, grifo nosso). (TOGNOLI, 2012, p.86)

Assim, a descrição como parte do processo de representação apresenta-se como principal apontamento na relação Organização, Arquivo e Usuários.

AUTOR	DEFINIÇÃO
BARROS	“Portanto, a descrição visa explicar os documentos, serve para tornar possível a compreensão do acervo/fundo arquivístico, sua origem, seu contexto e proveniência, seu método de arquivamento, sua forma e conteúdo, a relação com outros documentos, e a forma de como encontrar a informação que se procura. Objetivando, portanto, controlar, recuperar e fornecer acesso aos documentos.” (p. 37)
HEREDIA HERRERA	“[...] a descrição é a análise realizada pelo arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, com o objetivo de sintetizar e condensar a informação neles contida para oferecê-la aos interessados [...] ela é a ponte que comunica o documento com os usuários. Na cabeceira da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices.” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 300, apud, TOGNOLI, 2012, p.81)
MARTINS	“Portanto, a Descrição visa explicar os documentos e serve para tornar possível a compreensão do acervo/fundo arquivístico, de sua origem, do seu contexto e proveniência, de seu método de arquivamento, de forma e conteúdo, da relação orgânica com outros documentos.” (p.42)
TOGNOLI	A descrição, enquanto o segundo processo dentro da representação conhecimento arquivístico, exerce a função de informar acerca do conteúdo dos documentos e de seus elementos formais, com o objetivo maior de fornecer acesso às informações contidas nos fundos, grupos, séries ou peça documental. (p. 81)

sua do

6. Aplicação dos instrumentos de pesquisa

A prática da descrição de arquivos estabelece produtos diretos de seu fazer. Como apontado por Herrera (1991), as fichas e índices produzidos pela descrição dos dados de classificação, localização, fundos, séries, sessões e subseções observados nos documentos, ou implementados durante a descrição e estabelecidos por meio de um plano de descrição, culminam na representação dos documentos e de seus agrupamentos.

A partir dos dados descritivos são formuladas ferramentas que propõe a busca da informação solicitada poupando tempo ao pesquisador e ao próprio arquivista durante a busca tanto no âmbito físico quanto digital (Ecoded Archival Description). Yakel (2003) observa que os arquivistas, na sua maioria, tratam os instrumentos de pesquisa como um gênero de documento e não como um conjunto de elementos de dados principalmente no âmbito digital o que traz como consequência o desenvolvimento lento nas questões de representação digital de informação.

Na Arquivística os instrumentos de pesquisa mais utilizados na representação dos documentos, são os guias, inventários, catálogos, sendo aplicados de acordo com as demandas estabelecidas pela instituição que aquele acervo busca servir. Vale lembrar que de um único instrumento de pesquisa, outros podem ser desenvolvido, pois uma vez que representada a informação seu acesso, uso, compreensão e interpretações gerarão novas representações.

A conexão entre o documento e seu contexto é um processo intelectual que é materializado por meio dos instrumentos de pesquisa resultados dos processos de representação do conhecimento arquivístico e entendidos como uma ponte entre o usuário e o documento. Para Cook (2001), o processo de descrição deve refletir a história do documento que está em constante mudança, uma vez que quando um usuário acessa o documento novas representações são criadas a partir dos novos usos e interpretações. (Tognoli, 2012, p. 89)

Para o contexto pós-moderno onde caminha a arquivística atualmente, a realidade na construção de instrumentos permite com que estes sejam recriados e atualizados para refletir as realidades complexas de constantes mudanças o que proporciona a criação de instrumentos de pesquisa não estáticos. A questão pós-moderna e o padrão internacional trazem um certo desconforto quanto as normas classificadas como gerais como a ISAD(G), ISAAR (CPF), e as normas mais específicas e “adaptadas” a realidade norte-americana, EAD e a RAD. Este desconforto ocorre devido as mudanças conceituais que essas normas não sofrem em sua aplicação sendo assim um desafio para o profissional que interage

com um ambiente onde há uma dinâmica de desconstrução contínua de rotinas padronizadas visto que os outros processos que englobam essas rotinas são fluídas.

A utilização das normas observando o contexto organizacional, deve ser inclinada para o subjetivo e não ser um ato mecânico. A padronização existe não como o ponto principal do processo representacional, mas como auxiliar deve apenas garantir que elementos importantes para a criação de instrumentos de pesquisa estejam presentes, levando em conta as características peculiares da instituição, dos documentos e dos usuários, sendo estes instrumentos reformulados sempre que necessário e que mudanças significativas ocorram na estrutura. Instrumento de pesquisa, assim como a realidade, é elemento dinâmico.

7. Considerações Finais

A análise das práticas arquivística como as de descrição e classificação a luz do pensamento pós-moderno abre espaço para debate a respeito do campo de atuação como prática pensada e moldada às mais diversas realidades atendendo desde as necessidades mais simples as mais complexas, refletindo em um sistema de representação “completo” e passível de ajustes que atendam as demandas. A busca por esse ideal é fruto de uma ação racional que não pode ser entendida como finita, mas continuada assim como os demais fluxos sociais.

As novas maneiras de enxergar as atividades práticas da área a partir da perspectiva do modelo arquivístico canadense que em si, inclui princípios pós-modernos, possibilitam também a pluralidade de conteúdos que surgem para apoiar as atividades práticas e a expansão teórica, como a relação da arquivologia com a semântica textual e linguística que desenvolve a área da representação da informação por intermédio do trabalho com as óticas das unidades geradoras de documento e implícitas no campo textual, assim como as tecnologias auxiliam na difusão da informação e organização, a história no entendimento dos fatos transversais ao contexto organizacional entre outras disciplinas que vem colaborando e esclarecendo o campo das relações entre Arquivo e o usuário.

As práticas de arquivo podem ser bem mais profundas e reflexivas do que o simplesmente fazer e podem contribuir para a sociedade de maneira mais pontual e direta, utilizando seus instrumentos de pesquisa e normas de maneira racionalizada, respeitando individualidades locais/ regionais, se

reciclando a medida que desconstruções e construções aconteçam de acordo com a sociedade fora das quatro paredes do arquivo.

Referências

BARROS, T. H. B.(2016) A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli*, 21:4, 33-44.

BARROS, T. H. B; MARTINS, W. R. A (2015). Informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a ciência da informação no âmbito da representação em arquivos. *Ágora*, , 25:,51, 132-149.

BARROS, T. H. B; MORAES, J. B. E. (2013) Da classificação biológica à classificação digital: Perspectivas de renovação em classificação arquivística. *Ágora*,. 23:46, 58-84

BELLOTTO, Heloísa Liberalli..(2006) *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

COOK, Terry.(2013) Moda absurda ou renascimento profissional: pós- modernismo e a prática de arquivo. *Informação Arquivística*, 2:1,158-187.

_____. (2012) Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, 1:1, 123-148.

GONÇALVES, J. (1998.) *Como classificar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado.

HEREDIA HERERRA, A.(1991) *Archivistica general*. Teoria y practica. Sevilla : Diputación de Sevilla.

MARTINS, W. R. (2016) *A representação arquivística na tradição brasileira: subsídios para elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da semântica textual*. Monografia (Bacharelado em Arquivologia) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquivologia.

RIOS, E. R; CORDEIRO, R. I. de N. (2010) Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 15: 2, 123-139.

SOUSA, R. T. B. (2003) Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2, 240-269.

_____ (2006). Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net* (www.arquivistica.net), 2:2, 120-142.

SCHAFER, M. B.; LIMA, E. S. (2012) A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17:3, 137-154.

SCHELLENBERG, T. R. (2002) *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV.

WEBER, Lisa B. Archival description standards: concepts, principles and methodologies. *American Archivist*, 52:4, 1989.

YAKEL, E. (2003) Archival Representation. *Archival Science*, 3 1-25,.

TOGNOLI, N. B. (2012) A representação na arquivística contemporânea. *Ci. Inf.* 5:2, 79-92.